

ente

Oriente

Ocidente

Ori

BIBLOS

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Vasco Gil Mantas
Universidade de Coimbra

O r i e n t e e O c i d e n t e .

B r e v e s R e f l e x õ e s S o b r e u m a l o n g a H i s t ó r i a

In Memoriam Prof. Pierre Lévêque

E a s t a n d W e s t .

B r i e f r e f l e c t i o n s o n a l o n g h i s t o r y

Abstract:

The relations between the East and the West are very old, and their consequences have been felt in both parts of the world throughout history. The analysis of this dynamics made up of diversified contacts is complex and requires the precise definition of geographic and cultural concepts. With different degrees of intensity, peaceful or violent relations have contributed to the shaping of the world we live in, long before globalisation. As a result of today's world situation, it is absolutely necessary to deepen the knowledge of what has united or divided the East and the West, attending to the realities, both pleasant and unpleasant, that characterize the emergence of new situations.

59

Tentar uma leitura sintética, mesmo resumida apenas às grandes linhas, da história das relações entre o Oriente e o Ocidente seria, como é óbvio, tarefa impossível de concretizar num pequeno artigo. O tema é de tal forma complexo e a bibliografia pertinente tão numerosa, reflectindo de forma directa a riqueza do assunto, que qualquer intuito que pretendesse ultrapassar o simples conjunto de anotações histórico-culturais corresponderia a um acto de insólita arrogância.

Assim, numa perspectiva de *longue durée*, a única que permite identificar os movimentos cíclicos que, de urna ou de outra forma, constituem o essencial da historia que aquí pretendemos esboçar, devemos considerar as diferenças temporais que criam dificuldades de interpretação abrangente de um fenómeno caracterizado por fluxos e refluxos, cortes e continuidades, sobretudo quando observado do lado ocidental, condicionado por décadas de investigação eurocêntrica. Queremos dizer que

o tempo histórico, senão mesmo a sua percepção¹, não é semelhante para o conjunto das civilizações envolvidas no processo, bastando recordar neste momento, para facilmente apreendermos este aspecto fundamental, a duração histórica do Egipto Antigo e a longevidade da Civilização Chinesa, quando comparadas com a realidade ocidental.

Nem sempre é imediatamente perceptível a origem longínqua de muitos elementos considerados característicos da civilização ocidental, onde alguns, como o *five o'clock tea*, se tornaram emblemáticos de um estilo de vida, como vai acontecendo noutras paragens com o hambúrguer e seus derivados². Por exemplo, quem, fora de um círculo relativamente restrito, relaciona o traçado ortogonal próprio do urbanismo ideal romano com os eixos directores do espaço, físico e mítico³, na concepção sumério-babilónica da organização do mundo (Fig. 1), transmitida por via etrusca? Existe um enorme manancial de insuspeitas relações que invocámos de forma quase anedótica, resultado de milhares de anos de contactos nos dois sentidos com as inevitáveis consequências, mais ou menos duradouras ou causadoras de uma dinâmica de aculturação.

Sem desejarmos recuperar a velha doutrina difusionista, a verdade é que grande parte do que aqui analisamos com brevidade se relaciona directamente com fenómenos difusionistas⁴, dispersos no tempo e no espaço e camuflados por complicados processos de reelaboração que frequentemente tornam difícil remontar às suas origens. Seja como for, não é possível negar liminarmente o difusionismo e a sua parte nas relações entre o Oriente e o Ocidente. A construção da mesquita de Córdoba resulta de uma situação difusionista, da mesma forma que a introdução das armas de fogo no Japão pelos portugueses também não se exclui da mesma dinâmica. Assim, parte importante da história das relações entre o Oriente e o Ocidente assenta na debatida questão do centro e da periferia,

60

A ideia de renovação surge em muitas culturas antigas, que a si próprias se consideravam criadas de forma imutável, como essencial. Sobre este tema: Mircea Eliade, *O mito do eterno retorno* (Lisboa 1990); Samuel N. Kramer, 'Sumerian historiography', *Israel Exploration Journal*, 3 (1953) 217-232. Sobre a percepção do tempo: Christopher Gosden, *Social Being and Time* (Oxford 1996) 1-12.

² George Ritzer, *The McDonaldization of Society* (Thousand Oaks 1996) 1-11.

³ Léon Homo, *Rome impériale et l'urbanisme dans l'Antiquité* (Paris 1971) 217-232; J. Rykwert, *La idea de ciudad* (Madrid 1985) 245. O modelo de organização quadripartida do mundo não é exclusivo da Mesopotamia, mas relacionamo-lo, neste caso, com a tese da origem oriental dos Etruscos, que parece evidente na arquitectura dos *capitolia*: Axel Boethius, *Etruscan and Early Roman Architecture* (Londres 1978) 63-64.

⁴ Jaroslav Malina / Zdenek Vasicek, *Archaeology Yesterday and Today* (Cambridge 1990) 65-66, 237.

sem que forçosamente atribuamos à periferia, como tantas vezes sucede, uma condição de obrigatória inferioridade e dependência, associada ao conceito de afastamento ou marginalização no tocante ao exercício do poder⁵, de qualquer tipo. Consideramos, sim, que existem centros difusores de ideias e de produtos, no Oriente e no Ocidente, eventualmente detentores de funções de domínio político, ontem como hoje. Não esqueçamos que, durante muito tempo, as relações entre estas duas regiões mundiais, se assim lhe podemos chamar, não incluem o domínio de uma pela outra, caracterizando-se por conflitos fronteiriços e contactos a longa distância.

No título deste artigo colocámos o Oriente em primeiro lugar por uma razão lógica, directamente relacionada com a geografia histórica das civilizações⁶, ainda que privilegiando o quadro próprio do desenvolvimento da civilização ocidental. Com efeito, apesar de alguns sobressaltos episódicos, o centro dominante do processo civilizacional deslocou-se gradualmente de Uruk até Silicon Valley, ilustrando a tão conhecida locução *Lux ex Oriente*. Este processo durou mais de cinco milénios e o Oriente, que esteve na sua origem, acabou por perder a iniciativa para a Europa que a seu tempo a cedeu ao Novo Mundo⁷. Nos inícios do século XXI, tão diferentes dos do século XX, podemos e devemos interrogar-nos se o Pacífico representa uma barreira definitiva, intransponível, inibidora da ascensão de um novo centro num Oriente que fica a ocidente das costas californianas. A menos que aceitemos a absurda tese do fim da história⁸, bem menos aceitável que a do conflito de civilizações, não cremos que o estágio actual da chamada globalização corresponda ao fim desta complexa evolução protagonizada por tão diversos intervenientes. Por isso mesmo devemos estar atentos, mesmo ao que se passa muito longe do Terreiro do Paço, uma vez que não existem civilizações eternas, a menos que as interpretemos como modos de vida con-

61

⁵ Boaventura de Sousa Santos, *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade* (Porto 1995) 58-59.

⁶ Roland Breton, *Géographie des civilisations* (Paris 1987) 36-47.

⁷ Léon Thoorens, *Panorama des littératures*, I (Vanders 1966) 11-16; Breton, 85-97. Relacionamos o conceito de civilização com a existência contemporânea da escrita e da cidade: Kent V. Flanery, 'Childe the Evolutionist', *The Archaeology of V. Gordon Childe* (Londres 1994) 106-107.

⁸ A tese em questão considera que o neo-liberalismo representa a conclusão triunfante do desenvolvimento social, eliminando o processo histórico evolutivo, no que não se afasta significativamente do pensamento marxista: Francis Fukuyama, *O fim da história e o último homem* (Lisboa 1992).

dicionados por razões naturais, contribuindo o conhecimento da história das relações entre o Oriente e o Ocidente para esclarecer, pelo menos parcialmente, o que podemos esperar no futuro, permitindo uma escolha mais consciente das opções a tomar, que nem sempre serão fáceis.

Se consideramos, de forma simplificada, as áreas de desenvolvimento das primeiras civilizações, os vales do Nilo, do Tigre e do Eufrates, do Indo e do Rio Amarelo, somos obrigados a reconhecer dois fenómenos que ajudam a explicar muito do que se passou posteriormente nestes enormes espaços, que voltaremos a encontrar como um grande bloco no centro da história. Em primeiro lugar que estamos perante centros difusores de civilização, activos com maior ou menor sucesso durante milénios; em segundo lugar que a existência de uma verdadeira história universal é um facto muito recente, uma vez que estas áreas civilizacionais evoluíram de forma quase independente até época próxima dos nossos dias⁹, o que não exclui, naturalmente, a existência de contactos.

A questão é bastante mais complexa, não se resumindo às vicissitudes da dinâmica interna, como a observação do desenvolvimento histórico das civilizações do chamado Próximo Oriente Antigo, por exemplo, permite verificar. Com efeito, se o Crescente Fértil exerce uma função central durante séculos, a verdade é que a história da região, particularmente importante para a evolução no Mediterrâneo, não pode resumir-se à dos povos estabelecidos em torno dos grandes rios regionais e no corredor sírio-palestiniano, uma vez que é resultante, em larga medida, da dinâmica criada pela intervenção de povos oriundos dos desertos e das montanhas circundantes, cuja iniciativa se torna determinante a partir de meados do II milénio a.C., como claramente demonstrou Sabatino Moscati^{10 11}. A última destas grandes convulsões foi a invasão árabe do século VII, que para muitos investigadores marca o verdadeiro fim da história do Oriente Antigo e, indiscutivelmente, uma nova era no Mediterrâneo¹.
K Devemos, portanto, considerar áreas criadoras de civilização e intervenções que provocam processos de renovação e estimulam fenómenos de difusão, muitas vezes originados a partir de zonas consideradas periféricas. A pólvora foi inventada na China, mas foram os navios de alto bordo, de tradição atlântica, e a artilharia (Fig.2), que também não foi inventada

62

⁹ Colin McEvedy, *Atlas da História Antiga* (Lisboa 1973) 3-4, 8 (McEvedy, *História Antiga*)| Gilbert Lafforgue, *La Haute Antiquité* (Paris 1969) 465-466.

¹⁰ Sabatino Moscati, *L'Orient avant les Grecs* (Paris 1963) 8-15.

¹¹ Henri Pirenne, *As cidades da Idade Média* (Lisboa 1973) 9-48; Fernand Braudel, *La Méditerranée. L'espace et l'histoire* (Paris 1985) 157-167.

em Portugal, que permitiram aos portugueses o domínio dos mares orientais, até ao aparecimento de rivais à altura¹².

O Mediterrâneo, área geográfica que está directamente relacionada com a génese do conceito Ocidente tal como este tem sido cultivado na Europa¹³, desempenhou um papel fundamental nas relações entre o Oriente e o Ocidente durante toda a era pré-gâmica. Não houve, durante milénios, outra forma de atingir as terras fabulosas que a imaginação ocidental situava a nascente de uma fronteira indecisa, de onde, para além de produtos requintados, chegavam, de quando em quando, hordas e pestes. Simultaneamente, a dificuldade em estabelecer relações com regiões tão afastadas e misteriosas, com regularidade e intensidade significativas, contribuiu para valorizar o Mediterrâneo, conferindo-lhe uma identidade quase mítica, à margem dos diversos contributos que foi absorvendo ao longo dos tempos e que permitiram construir a imagem que hoje lhe conhecemos¹⁴. Esta circunstância verifica-se igualmente nas regiões que constituem o que se designa como Oriente, embora umas resistam melhor que outras, por diversos motivos, aos processos de transformação que fazem parte do desenvolvimento das civilizações.

A questão do que realmente se pretende significar quando se utilizam termos como Oriente e Ocidente de forma mais precisa do que a de uma simples referência geográfica, razoavelmente vaga, também não é simples, o que explica a existência do que alguns especialistas apelidam significativamente de zona intermédia¹⁵. Para um nosso contemporâneo Jerusalém ou Singapura ficam no Oriente, da mesma forma que Goa ou Pequim, mas nada de comum existe entre estas cidades a não ser a sua localização na Ásia. Não menos elucidativo é, por exemplo, o caso de Marrocos, país magrebino mais atlântico que mediterrânico e que, no Ocidente, constitui uma presença oriental de forte identidade¹⁶. De facto, mais uma vez nos deparamos com os desfasamentos entre a geografia das

63

¹² Vítor Rodrigues, 'A guerra na Índia', *Nova História Militar de Portugal* (Lisboa 2004) 198-204.

¹³ Conceito eminentemente cultural, de flexível utilização, em grande parte construído sobre o legado da Antiguidade mediterrânica, oriental e clássica, implicando um conjunto de valores particulares, nem sempre fáceis de transmitir a outras áreas culturais, quando o são. O conceito de civilização ocidental é mais lato e conheceu inegáveis progressos no século XX: Claude Lévy-Strauss, *Race et histoire* (Paris 1988) 51-56.

¹⁴ Braudel, 15-80.

¹⁵ Dimitri Kitsikis, *L'Empire Ottoman* (Paris 1991) 15-16.

¹⁶ Marcel Peyrouton, *Histoire générale du Maghreb* (Paris 1966) 15-20; Jean-Louis Miège, *Le Maroc* (Paris 1994) 3-23.

civilizações e a geografia física, a partir da qual se desenvolveram tantos conflitos baseados nas *fronteiras naturais*, criadores de ambiguidades e de dificuldades de que as questões balcânicas e cipriota representam dramáticos testemunhos e evidentes sugestões de prudência à euforia europeia.

Não haverá aqui grandes novidades, ainda que os historiadores, ao contrário dos cultores da geoestratégia, esqueçam com frequência este tipo de factores. Os conceitos de Oriente e de Ocidente não podem ser interpretados, como parece claro, em termos meramente geográficos, pois constituem, fundamentalmente, grandes etiquetas culturais. Como tal, nem sempre são fáceis de interpretar, tanto mais que não são estáticos, evoluindo ao longo dos tempos. No século XVI, Camões afirmava orgulhosamente a pertença portuguesa ao Ocidente¹⁷, no momento em que a expansão europeia alterava decisivamente o conceito, subalternizando o Mediterrâneo e dando início ao crescimento de um bloco euro-atlântico que, por vezes, tem sido identificado com o Ocidente. Este processo encontra-se longe de se aproximar do seu termo, embora tenha ganho novos contornos nos últimos anos.

O início do século XXI obriga a repensar, mais uma vez, a ideia de Ocidente, simplificada por razões de ordem política durante o difícil período posterior à II Guerra Mundial. Considerando que o Ocidente é, antes de mais, um conceito cultural, poderemos nele incluir a Austrália e excluir a Rússia? Terá sido a Guerra Fria apenas mais uma expressão da oposição entre o Oriente e o Ocidente, como sugeria Franz Altheim¹⁸, interpretando a situação europeia após 1945 como parte de uma cadeia de acontecimentos com antecedentes históricos bem conhecidos? Poderemos admitir esta leitura se, abstraindo de posições abertamente anti-orientais, como a de Vladimir Soloviev, considerarmos a importância atribuído à Ásia pelos intelectuais russos do século XIX, a qual, todavia, não exprime uma política de identificação com o Oriente, antes reflectindo as frustrações do pan-eslavismo e visando uma expansão imperialista¹⁹, cujas sequelas são hoje evidentes nos territórios islâmicos que bordejam a sua fronteira sul.

As considerações e interrogações anteriores ilustram bem as dificuldades da temática que aqui trazemos e apontam para a conveniência em considerar apenas factos bem conhecidos e que completaram o seu

¹⁷ Luís de Camões, *Os Lusíadas*, I, 50.

¹⁸ Franz Altheim, *A Ásia a caminho da Europa*, (Lisboa, s/d) 14-17.

¹⁹ Heinz Gollwitzer, *O imperialismo europeu* (Lisboa, s/d) 14-17.

curso histórico. Ainda assim, face à enorme diversidade de situações culturais existentes no que chamamos Oriente, a relativa unidade cultural do Ocidente representa uma enorme vantagem, de incalculáveis consequências futuras, independentemente das características específicas que a geografia e a história conferiram a cada um dos elementos do conjunto. Não esqueçamos, por outro lado, que as designações atribuídas às grandes divisões geográficas do Oriente resultam, em parte, da diversidade existente na região, tentando conferir-lhe alguma coerência, dividindo-a em Próximo Oriente, Médio Oriente e Extremo Oriente. Não escapam, porém, a alguma ambiguidade, pois o que, por exemplo, franceses e ingleses classificam usualmente como Próximo Oriente não coincide, referindo-se os primeiros aos países entre a Arábia, o Levante mediterrânico e o Irão, enquanto que os britânicos aludem à Turquia, reservando para a região referida anteriormente a denominação de Médio Oriente. A concepção geográfica anglo-saxónica que referimos não é estranha a uma certa ideia das fronteiras europeias do Ocidente, em voga no século XIX, fácil de compreender através de realizações como o célebre *Expresso do Oriente*, ligando Ostende a Istambul, assim como não ignorou a chamada Questão do Oriente, no centro da qual se encontrou a Turquia do período final do Império Otomano²⁰. Na actualidade, face ao dilema europeu perante a integração turca na União, não deixa de ser conveniente recordar este limitado, mas tão próximo, Próximo Oriente.

A utilização de conceitos simplificadores reveste-se sempre de perigos, resvalando com muita frequência para lugares comuns capazes de obscurecer tenazmente análises imparciais e rigorosas de muitas das circunstâncias que envolveram e envolvem ainda, em muitos casos, as relações entre o Oriente e o Ocidente, cada vez mais condicionadas por razões de ordem ideológica e económica.. É este desconhecimento, eivado de falsas imagens, base de todas as propagandas de ontem e de hoje, que tantas vezes tem contribuído para choques entre povos e civilizações, sobretudo quando se trata de gente *diferente*, longínqua no espaço e nos costumes, bárbaros na visão oriental ou ocidental das coisas. Esta questão de todos os tempos surge até em contextos inesperados, caso de uma banda desenhada do célebre Tintim, na qual Hergé critica as ideias correntes na Europa a propósito da China nos anos trinta²¹. Os mitos podem ser positivos ou negativos, como as utopias, levando a imaginar

65

101.122 ²⁰ André Miquel, *O Islame e a sua civilização* (Lisboa 1971) 331-332; Kitsikis,

²¹ Hergé, *O lótus azul*, “As Aventuras de Tintim” (Lisboa 1994) 43.

paraísos ou infernos, quando não fantasias incapazes de resistirem a uma simples experiência directa. Basta ler o que o aviador Humberto da Cruz escreveu sobre o que era a realidade, há setenta anos, da fabulosa Bagdade dos califas²², ou escutar os ecos das frustrações actuais dos emigrantes magrebinos no Eldorado europeu²³, para confirmar o peso das ilusões, nascidas de um complexo imaginário, na dinâmica das relações entre o Oriente e o Ocidente. Em plena vaga da globalização, quando muitos conflitos tradicionais e vagas ameaças voltam a ganhar actualidade e se revestem de imprevisíveis aspectos, para além de todos os discursos teóricos pacificadores ou pretensamente universalistas, o Oriente e o Ocidente podem, sem ignorar a história, procurar um caminho comum de cooperação. O extraordinário potencial económico e, sobretudo, tecnológico do Ocidente deve contribuir para assegurar não harmonias, impossíveis no mundo da *realpolitik*, mas sim para criar e manter os equilíbrios a que, ao longo dos tempos, sempre se chamou paz.

66 Durante milénios, o Oriente que teve relações directas com o Ocidente, influido decisivamente e de várias formas, no nascimento da civilização europeia, muito antes de esta desenvolver consciência de si própria, foi o Próximo Oriente, funcionando a Ásia Menor e algumas das ilhas do Mediterrâneo, em especial Chipre e Creta, como vias de transmissão privilegiadas de experiências próprias e alheias. Na impossibilidade de desenvolver, mesmo muito rapidamente, uma súpula da história do Oriente Antigo, limitar-nos-emos a apontar alguns acontecimentos mais significativos da mesma no que se refere à influência exercida nas terras a poente da bacia do Mediterrâneo oriental, assim como às suas consequências recíprocas. É claro que se trata de uma escolha subjectiva, evidentemente discutível, mas que procura sublinhar o que Pierre Amiet, cuja afabilidade e erudição recordamos, escreveu a propósito da importância do Próximo Oriente no desenvolvimento da Civilização Ocidental, quando considerou esse Oriente como parte integrante do nosso património²⁴. E, para nos mantermos no círculo da *velha escola* europeia, não podemos deixar de evocar, pela sua flagrante actualidade neste momento complicado das relações entre o Oriente e o Ocidente, o pensamento de Marc Bloch, quando afirmou que o historiador compreende o presente pelo passado²⁵.

²² Humberto da Cruz, *A viagem do "Dilly"* (Lisboa 1935) 40, 177-178.

²³ Abdulkader Benali, *Boda à beira mar* (Lisboa 2002).

²⁴ Pierre Amiet, *As civilizações antigas do Médio Oriente* (Lisboa 1974) 5.

²⁵ Marc Bloch, *Introdução à história* (Lisboa 1976) 39.

O Próximo Oriente possui uma unidade particular, o que não exclui a diversidade, evoluindo ao longo da história como um todo coerente e evidenciando permanentemente uma vocação mediterrânica. Esta circunstância deve ser considerada essencial, divergindo neste ponto do desenvolvimento verificado noutros centros de civilização, como a Índia e, sobretudo, a China, praticamente alheios ao que se passava a ocidente. Não recuaremos as nossas observações a períodos anteriores ao aparecimento da escrita na Mesopotâmia, por volta de 3400 a. C., embora este facto corresponda apenas à maturação de um processo iniciado muito antes, eventualmente na Cultura de Eridu, seguramente na de El-Obeid²⁶, a não ser para aludir às situações proto-urbanas que se desenvolveram na Palestina, em Jericó, e especialmente na Anatólia. Se o primeiro caso permanece directamente ligado à polémica em tomo do conceito de cidade e cronologia da origem da mesma, o que se passou na Ásia Menor, grande ponte entre o Oriente e o Ocidente, reveste-se do maior significado no tocante à Europa balcânica e à Alta Mesopotâmia, onde os finais do VI milénio a. C. correspondem a decisivas alterações. A Ásia Menor parece também relacionada, bastante depois, com a génese da Civilização Minoica²⁷, e nela se situará, ainda mais tarde, o cenário do que talvez possamos considerar o primeiro grande choque entre o Ocidente e o Oriente, a Guerra de Tróia, cuja narrativa homérica constitui o acto fundador da cultura ocidental.

67

A Suméria desempenhou um papel determinante na evolução da civilização na Mesopotâmia, cabendo-lhe a glória de ter realizado com êxito muitas das experiências que permitiram a passagem da Pré-História à História e criando os fundamentos culturais das civilizações que lhe sucederam no Próximo Oriente, fazendo sentir a sua influência mesmo no exterior desde muito cedo, inclusivamente no Egipto, onde, no limiar da unificação, é incontestável a presença activa de elementos mesopotâmicos, circunstância a que não será estranha a transformação da escrita ideográfica egípcia em escrita hieroglífica, analítica-transicional²⁸. É também na Suméria, com Lugalzagisi, cerca de 2350 a. C., que surge, ainda

²⁶ Lafforgue, 127-139.

77

O problema é bastante complicado, embora existam indícios linguísticos e arqueológicos de contactos entre a Ásia Menor e Creta. Sobre a civilização minoica: Sinclair Hood, *Os Mímicos* (Lisboa 1973).

²⁸ Lafforgue, 98; David Diringer, *A escrita* (Lisboa 1968) 49-50; John Baines, 'Literacy, Social Organization, and the Archaeological Record: the Case of Early Egypt', *State and Society* (Londres 1988) 192-214. Na maça de armas do rei Escorpião o nome do monarca ocorre ainda sob forma ideográfica.

que de forma embrionária, a teoria do império universal, que se revelou um dos factores mais importantes e permanentes da historia política da região, inspirando, quando chegou o momento, as concepções geoestratégicas de Alexandre.

A historia do Próximo Oriente centrou-se, em parte, numa tensão permanente entre civilizações urbanas, procurando estas assegurar hegemonias regionais mais ou menos alargadas, e populações nómadas e semi-nómadas estabelecidas nos desertos e montanhas limítrofes, tensões que determinaram uma dinâmica histórica muito movimentada, caracterizada por mudanças regulares dos principais protagonistas em presença. Neste aspecto é flagrante a diferença entre o que se passou no Próximo Oriente asiático e no Egipto, região notável pela sua milenar civilização, defendida por poderosas fronteiras naturais e por uma vigorosa auto-consciência cultural, reflectida no complexo conceito de *Ma 'at*, divindade que associa abstracções como *justiça*, *verdade* e *harmonia*, apanágio do vale do Nilo²⁹.

Os conflitos que opuseram cidades, reinos e impérios entre si e as incursões externas que quebraram os equilíbrios que daí resultaram, permitiram a emergência, ou a sobrevivência, de pequenos estados, vivendo uma relativa independência ou completamente subordinados aos grandes poderes da época. Encontram-se neste caso as cidades fenícias, especialmente Tiro, o reino hebraico e o medíocre estado assírio, que nos inícios do século IX a.C. iniciou uma irresistível expansão que culminou na criação de um dos mais poderosos e violentos impérios do Antigo Oriente. Potências exíguas, como diríamos hoje, a Fenícia e Israel tiveram a sua oportunidade graças às dramáticas transformações verificadas na bacia do Mediterrâneo Oriental devido às chamadas invasões dos Povos do Mar, a partir de inícios do século XII a.C. Esta enorme migração de povos mais ou menos bárbaros teve como resultado deslocar ou destruir outras populações, no primeiro caso contribuindo para aumentar o caudal de invasores. Estas movimentações aceleraram a difusão da tecnologia do ferro na região, ficando de fora, durante séculos, o Egipto.

Em resultado das invasões, a geografia política do Próximo Oriente modificou-se definitivamente, desaparecendo o bipolarismo anterior, estabelecido entre o Egipto e o Império Hitita, o que criou condições para os pequenos estados. O desaparecimento do poder marítimo micénico deixou o mar livre para as iniciativas fenícias, que se estendem rapi-

²⁹ Cyril Aldred, *Os Egípcios* (Lisboa 1966) 16; Moscati, 132.

damente a todo Mediterrâneo, atingindo o Atlântico³⁰. Estas actividades continuarão, sem prejuízo especial, mesmo quando o Império Assírio assume o controlo da costa levantina, contribuindo com dois factores da maior importância para o desenvolvimento futuro do Ocidente, como foram a difusão da escrita alfabética e a fundação de Cartago. Neste caso, lembramos que foi a derrota dos Cartagineses que permitiu a transformação decisiva de Roma numa superpotência mediterrânica³¹, razão que permitiria considerar o ano de 146 a. C. como data final da história da Antiguidade Oriental. Quanto à questão da escrita alfabética, a sua difusão por via marítima pelos Fenícios e por via terrestre, para oriente, pelos Arameus, representa um factor cultural dos mais significativos da história. É certo que a invenção do alfabeto, que vai concorrer rapidamente, sem todavia conseguir destronar por completo, com sistemas de escrita como o cuneiforme acádio, não pode atribuir-se aos Fenícios. O alfabeto terá surgido algures entre o Egipto e Canaã, sem dúvida a partir dos caracteres monoconsonânticos da escrita hieroglífica egípcia, por iniciativa semita, talvez por altura da ocupação do Delta pelos Hicsos³².

Abordar neste artigo o legado hebraico, mesmo como simples referência, constituiria uma insensatez. A apreciação do que realmente representa na cultura ocidental o contributo oriental hebraico, ao longo de séculos de agitada história, requer uma atitude de serena imparcialidade, nem sempre fácil de identificar no discurso historiográfico, muito influenciado por acontecimentos que marcaram as últimas décadas. Mas a influência do pensamento judaico, particularmente inovador no campo religioso, não se limitou a condicionar a evolução espiritual do Ocidente, através da difusão do Cristianismo no Império Romano, com todas as consequências que daí resultaram. O monoteísmo judaico, talvez relacionado com a revolução religiosa de Amenófis IV, no século XIV a. C., representou uma enorme novidade e fundamental diferença numa região e numa época caracterizada pelo domínio absoluto de diferentes formas de paganismo³³. O facto de ter facultado as bases para o desenvolvimento do Cristianismo e do Islamismo é um testemunho eloquente do seu autêntico significado e do que representou e representa na história universal. Basta recordar a função simbólica de Jerusalém e os conflitos que envol-

³⁰ Braudel, 93-112; McEvedy, *História Antiga*, 38-43; Michael Grant, *The Ancient Mediterranean* (Nova Iorque 1988) 116-130.

³¹ Françoise Decret, *Carthage ou l'empire de la mer* (Paris 1977) 220-226; Braudel, 120-121.

³² Driinger, 51 -52, 111-120.

³³ Moscati, 71-304, 338-343.

vem esta cidade³⁴, talvez demasiadamente vulgarizados, para nos apercebermos de imediato de uma realidade que, por fazer parte do nosso quotidiano profundamente materialista, quase nos escapa. Nem sempre foram os grandes estados e as mais evoluídas civilizações a moldarem a marcha da Humanidade, repetimos.

Antes de traçarmos um breve panorama dessa grande síntese do Antigo Oriente que foi o Império Aqueménida, simultaneamente inimigo e modelo inspirador do Ocidente, faremos uma breve incursão mais para nascente, para enumerarmos algumas consequências de contactos nessa direcção, a partir do III milénio a. C., os quais só ocasionalmente correspondem a qualquer coisa semelhante a relações regulares. A tecnologia do cobre foi-se estendendo para oriente, atingindo por volta de 2750 a. C. a zona média do planalto do Irão, continuando a expandir-se para leste, atingindo a Índia, sendo gradualmente substituída pelo bronze, cuja tecnologia terá chegado à China do Norte, se não foi inventada localmente, cerca de 1800 a. C., mais ou menos pela altura em que atinge o Atlântico³⁵. Povos indo-europeus avançaram também para oriente, num processo que demorou séculos, levando-os ao Irão, ao Indo e à Ásia Central. Por meados do século VI a. C. as tribos iranianas encontram-se dispersas por uma enorme região entre o Danúbio e a fronteira da China. Foi particularmente importante o impacto da chegada dos indo-europeus ao vale do Indo, onde os testemunhos arqueológicos sugerem que tenham sido os destruidores, cerca de 1700 a. C., da Civilização de Harappa, ou do Indo, a qual mantivera relações indirectas com a Suméria, por via marítima, ao longo do Golfo Pérsico, onde *Dilmun* (Barém) representava uma das escalas principais³⁶. A escrita da Civilização do Indo, ainda não decifrada, foi seguramente inspirada pelos pictogramas sumérios³⁷.

Por esta mesma época desenvolvia-se na China a dinastia Shang, que conhecerá o estado, as cidades e a escrita³⁸. A distância e a lentidão dos contactos sugerem a maior prudência quanto a possíveis relações com o Próximo Oriente. Na Índia, a evolução foi bastante mais lenta depois das perturbações da invasão ariana. Só por volta de 600 a. C.

³⁴ Maurice Konopnicki / E. Ben Rafael, *Jérusalem* (Paris 1987) 27-51; Karen Armstrong, *Jerusalém. Uma cidade, três religiões* (Lisboa 1999) 13-19, 355-380.

³⁵ Lafforgue, 315-332; McEvedy, *História Antiga*, 28-31.

³⁶ Mortimer Wheeler, *O vale do Indo* (Lisboa 1971) 75-8; Graham Chandler, 'Traders of the Plain', *Aramco World* 50, 5 (1999) 34-42.

³⁷ Diringier, 66-67; Jon Mandaville, 'The Sumerian Connection', *Aramco World* 31,2(1980) 14-19.

³⁸ Jacques Gernet, *O mundo chinês*, 1 (Lisboa 1974) 50-57.

voltará a construir estabelecimentos de tipo urbano e não recuperará o uso da escrita antes do século VII a. C. Pelo contrário, a China progride, influenciando cada vez mais os povos vizinhos, acabando por estabelecer, através de intermediários, ligações com o Próximo Oriente, também a partir do século VII a.C., destacando-se neste processo o reino de Ts'in (China), sobre o Rio Amarelo, terminal das caravanas vindas da estepe e que transportam até ao Urartu, na Alta Mesopotâmia, os tecidos de seda³⁹. O desenvolvimento económico dos reinos chineses acompanha a difusão do ferro e é prejudicado por graves lutas internas, enquanto, como sucedera no Próximo Oriente, os bárbaros e os nómadas nas fronteiras se transformam num perigo permanente.

A ocidente, a destruição do Império Assírio, em 612 a. C., permitirá a criação de um fugaz império neo-babilónico, enquanto no Irão, terminado, o processo de sedentarização de Medos e Persas, cavaleiros indo-europeus, emerge um império criado pelos primeiros e que será substituído, em 550 a. C., pelo Império Persa, ou Aqueménida, por acção de Ciro. O Império Persa atingirá uma enorme extensão, na época do seu apogeu, estendendo-se das costas da Iónia até ao Indo. Esta circunstância contribuirá poderosamente para desenvolver as relações entre o Oriente e o Ocidente, o que foi facilitado pela política de apaziguamento e tolerância dos Aqueménidas, particularmente sensíveis à vontade de paz que caracterizava muitos dos povos do Próximo Oriente, depois das violências assírias. A excelente organização administrativa do império, apoiada pela construção de estradas, como a que unia Sardes, na Ásia Menor, a Susa, com uma extensão de 2400 quilómetros, assim como o incremento do uso da moeda, já conhecida na Lídia⁴⁰, não deixaram de contribuir para conferir novo fôlego às relações entre o Oriente e o Ocidente, agora em grande parte desenvolvidas através do interior do império⁴¹.

O Império Aqueménida foi o que esteve mais próximo de realizar o ideal do império universal (Fig.3). O título de **Rei dos Reis** assumido pelos monarcas persas identifica claramente essa pretensão, mas não elimina a possibilidade de convivência, dentro do mesmo sistema, com os diferentes poderes submetidos ao império. Esta fórmula, particularmente feliz e eficiente, encontrou na religião de Zoroastro o sustentáculo moral imprescindível, oferecendo uma nova perspectiva da divindade, não por

³⁹ Lafforgue, 454-459.

⁴⁰ Moscati, 307-314; Seton Lloyd, *Povos antigos da Anatólia* (Lisboa 1971) 125, 130.

⁴¹ McEvedy, *História Antiga*, 50-55.

ser de tipo monoteísta, mas sim por afirmar a natureza moral do divino, mais de dois milénios antes que Kant o fizesse, libertando-se assim dos limites habitualmente impostos pela política e pela raça⁴². Talvez por isso mesmo os Gregos, que não se coíbam de considerar os Persas como bárbaros, admiravam a forma como eram educados e a boa ordem do império.

O éxito persa também se deve relacionar com o facto de se tratar de um povo sem tradição de interferência no cenário político do Próximo Oriente, aberto a soluções de compromisso, à margem de velhos objectivos nacionais, carregados de rivalidades e de ressentimentos. Como é evidente, houve resistências e problemas, particularmente complicados no Egipto, por razões fáceis de compreender, considerando as características culturais e históricas do estado mais antigo do Mediterrâneo⁴³. As relações internacionais, mesmo quando se invocam princípios de ordem jurídica ou moral, são sempre um jogo de forças e de interesses antagónicos. Não podemos criticar os Persas por não terem conseguido criar o estado ideal. Muitos outros, com maior sofrimento, próprio e alheio, também falharam. O Império Persa tem sido considerado, com demasiada ligeireza, como um estado despótico e amolecido pelos *costumes orientais* que tentou subjugar a liberdade grega. Esta combinação foi sempre pouco favorável a uma análise imparcial do conflito que opôs as cidades gregas ao grande império oriental.

Foi a conquista da Lídia por Ciro que colocou as colónias gregas da Iónia sob domínio persa, criando as condições para o choque que constituiu o primeiro grande embate histórico entre o Oriente e o Ocidente. Não obstante a esmagadora superioridade do lado persa, a verdade é que se tratava de uma força pouco coesa, com complexos problemas logísticos e comando pouco eficiente⁴⁴. Isto não retira valor às vitórias gregas, acompanhadas mais a ocidente pela vitória sobre os Cartagineses,

⁴² Moscati, 314-316, 342-343.

⁴³ Moscati, 110-112; Grant, 43-59.

⁴⁴ As forças persas eram constituídas por contingentes de várias origens étnicas, incluindo gregos, nem sempre particularmente aguerridos. A marinha persa era, na realidade, fenícia, demonstrando nas Guerras Médicas a mesma pouca eficiência que demonstrou a marinha cartaginesa nas Guerras Púnicas. A acrescentar a tudo isto uma chefia autoritária, permitindo pouca iniciativa aos diferentes escalões de comando, e as dificuldades de comunicação e de abastecimento compreenderemos melhor a situação em que os Persas defrontaram os seus decididos opositores. Sobre este conflito: A. R. Bum, *As cidades rivais da Grécia* (Lisboa, 1972) 80-95; Chester G. Starr, *The Influence of Sea Power on Ancient History* (Nova Iorque 1989) 29-36.

na Sicília⁴⁵, mas devemos ter em conta que, nesta luta, a Grécia tinha mais a perder do que o Império Persa, para o qual a guerra foi ditada por razões de prestígio, não tanto por questões estratégicas fundamentais. Da vitória nasce a Grécia Clássica e, sobretudo, firma-se a percepção de que o enorme Oriente constituía um mundo de oportunidades. De facto, quando a Grécia foi dominada pelos Macedonios, foi a recordação da invasão persa e o programa não cumprido de libertar a Iónia que Filipe invocou no sentido de congregar toda a Hélade, pouco propícia à hegemonia macedónica, num objectivo mobilizador consensual, hábil manobra política de todas as épocas. O Ocidente realizou o que o Oriente não conseguiu, quando Alexandre levou a civilização grega até à Índia e ao Afeganistão, originando curiosas experiências multiculturais e permitindo a Kipling imaginar histórias como *O Homem Que Queria Ser Rei*⁴⁶. A conquista do Império Aqueménida por Alexandre, em 330 a. C., é considerada pela maioria dos historiadores como o acontecimento que marca o ponto final da história da Antiguidade Oriental, pois é a primeira vez que o Ocidente domina o Oriente, ou o que então se considerava o Oriente, com consequências duradouras e relevantes para as duas partes⁴⁷.

O Império Aqueménida e os diferentes estados nascidos da divisão do império rapidamente constituído por Alexandre tiveram uma enorme importância no incremento das relações, não só comerciais, atente-se, entre o Oriente e o Ocidente. O facto do Reino Selúcida ter abandonado quase de imediato as províncias indianas, incorporadas no Império Maurya de Chandragupta, e de século e meio depois estar reduzido à Mesopotâmia e ao Levante mediterrânico, não impediu o desenvolvimento de relações comerciais ampliadas com as regiões a oriente, no que participaram os reinos governados por dinastias gregas da Bactriana, o actual Afeganistão⁴⁸. Cerca de meados do século II a. C. começa a desenhar-se uma situação geopolítica que virá a ser herdada e reorganizada por Roma, quando chegar o momento próprio. Depois de Alexandre, as relações com a Índia, onde Seleuco I instala um embaixador em Pataliputra, no Ganges, nunca mais se interromperão. Com a China continua a

73

⁴⁵ Vitória de Hierão de Siracusa que o grande Píndaro comparou à de Salamina, na 1ª Pítica: M. Helena da Rocha Pereira, *Estudos de história da Cultura Clássica, I, Cultura Grega* (Lisboa 1993) 230-232.

⁴⁶ Rudyard Kipling, *O homem que queria ser rei* (Lisboa 1993).

⁴⁷ Moscati, 11-12.

⁴⁸ McEvedy, *História Antiga*, 58-69; Pierre Lévêque, *Le monde hellénistique* (Paris 1992) 75-80, 241-264.

não haver contactos directos regulares. A barreira das selvas birmanesas e o Himalaia impede as comunicações, só possíveis através da Bactriana e das estepes da Zungária e do Turquestão, por onde passam as linhas comerciais que se estendem desde o Mediterrâneo, verdadeiro *Mare Nostrum* romano a partir do século I a. C., onde Roma controla os pontos iniciais das grandes rotas terrestres e marítimas para o Oriente⁴⁹.

Os contactos laboriosamente estabelecidos durante séculos não se limitaram, naturalmente, ao movimento de produtos de valor comercial. Houve igualmente trocas culturais e, num ou noutro caso, trocas tecnológicas, de mais difícil recepção por contrariarem estruturas sociais e económicas estabelecidas, com excepções no campo do armamento, por razões evidentes. A arte grega e persa exercem forte influência na arte indiana e as peças isoladas e os temas de evidente inspiração ocidental ocorrem com frequência para lá dos limites atingidos por Alexandre (Fig.4), sendo os artefactos orientais muito menos frequentes no Ocidente⁵⁰. Quanto ao intercâmbio de ideias, sobretudo religiosas, devemos ter em conta que o Budismo, o Jainismo e o Confucionismo dominavam o mundo oriental indiano e chinês, desde o século VI a. C., tornando-o pouco permeável a outras religiões e em si mesmo pouco atraente para os poucos ocidentais, sobretudo gregos, que tiveram oportunidade de conhecer alguma coisa destas correntes religiosas. Facto curioso, e que confirma a pouca receptividade que tiveram no Ocidente, foi o envio por Açoka, neto de Chandragupta, de missionários budistas a alguns reis helenísticos, incluindo nesta acção falhada o reino de Cirene, na Líbia⁵¹. Já não se verificou a mesma falta de entusiasmo com outras religiões e sincretismos oriundos do Próximo Oriente, que tiveram larga difusão no mundo mediterrânico e através do Império Romano, caso do culto de ísis e do culto do deus iraniano Mitra⁵².

Particularmente importante foi a reintrodução da escrita na Índia, por razões de ordem comercial, com toda a probabilidade no século VII a. C. e tendo como modelo o alfabeto aramaico, de larga utilização pelos comerciantes e diplomatas no Império Persa. A adaptação

⁴⁹ McEvedy, *História Antiga*, 84-85; Raymond Chevallier, *Voyages et déplacements dans l'Empire romain* (Paris 1988) 353-357.

⁵⁰ Pierre Lévêque, *A aventura grega* (Lisboa 1967) 523-531; Mortimer Wheeler, *Roman Art and Architecture* (Londres 1964) 219-230.

⁵¹ Henri van Eftenre, *L'âge grec* (Paris 1968) 370-401; Pierre Lévêque, *Empires et barbaries* (Paris 1968) 371-405.

⁵² Paul Petit, *La paix romaine* (Paris 1967) 202-205; Robert-Alain Turcan, *Mithra et le Mithriacisme* (Paris 1981).

de uma escrita semita a uma língua indo-ariana não foi fácil, como normalmente sucede nestes casos. Dela nasceu a escrita bhrami e, mais tarde, no século V a.C., surge no Noroeste indiano a escrita kharoshti. A criação destas duas escritas costuma relacionar-se, no primeiro caso, com a rota marítima das especiarias, pelo Golfo Pérsico, e no segundo com a rota da seda, terrestre. A difusão triunfal do Budismo contribuiu para o êxito da escrita bhrami e das variantes que originou, espalhando-se da Índia às Filipinas⁵³. Aqui temos uma situação ilustrativa de progressos cuja atribuição ao Ocidente ou ao Oriente depende da localização geográfica do observador e sua matriz cultural.

Nos séculos que antecedem o final do que na história ocidental se chama Antiguidade Clássica, divisão temporal inaplicável à Índia e à China, o Mediterrâneo e o *Rimland* sul-asiático encontram-se divididos politicamente por quatro impérios, que se conhecem vagamente e que se consideram, todos, como o centro do mundo, do qual os seus soberanos se afirmam senhores. São eles: o Império Romano, cuja fronteira oriental corresponde a um sector de operações quase permanentes e onde os imperadores não conseguem repetir o êxito macedónico; o Império Persa, renovado pelos Partos e pela dinastia Sassânida, ponte privilegiada de comunicações entre o Oriente e o Ocidente, controlando rigorosamente rotas comerciais de primordial importância; na Índia, os impérios Kushana e Gupta, cujos soberanos se intitulam *Shakravartin* (Senhores do Mundo Inteiro); o Império Chinês, onde governa o *Filho do Céu*, território mais difícil de atingir a partir do Próximo Oriente. Como é fácil de entender, o conhecimento mútuo destes impérios era relativamente limitado quanto ao que existia para lá das fronteiras comuns. Mas, como Michel Rouche considerou, a existência de relações mais ou menos regulares, comerciais e diplomáticas, entre eles, faz deste período o primeiro a conhecer algo parecido com uma história universal⁵⁴.

Que eles se conheciam não deixam dúvidas os materiais arqueológicos romanos encontrados em grande quantidade na Índia e os testemunhos do comércio com o mundo romano registados na China⁵⁵, assim como o que os textos literários nos transmitem. No Irão, a concepção do mundo contempla quatro impérios universais: Irão, Roma, Axum

⁵³ McEvedy, *História Antiga*, 56-57; Diringer, 143-14; Michel Rouche, *Les empires universels* (Paris 1968) 307.

⁵⁴ Rouche, 7-9.

⁵⁵ Mortimer Wheeler, *Rome Beyond the Imperial Frontiers* (Harmondsworth 1955) 164-207; Lin Ying, 'Ruler of the Treasure Country: the Image of the Roman Empire in Chinese Society from the First to the Fourth Century AD', *Latomus* 63, 2 (2004) 327-339.

(Etiópia / Iémene) e China. Na China, a visão geopolítica era mais realista, o que constitui uma circunstância interessante. No século III os chineses dividiam o mundo por quatro *Filhos do Céu*: ao norte, o senhor do País dos Cavalos (Indo-Citas na fronteira setentrional das possessões chinesas), a sul, o senhor do País dos Elefantes (Índia), a leste o senhor do País dos Homens (China) e a ocidente o senhor do País do Tesouro (*Daqin*), o Império Romano⁵⁶. As fontes chinesas descrevem também três longos itinerários, um terrestre, através do Império Persa, mais praticável, e dois marítimos. Os Romanos procuraram utilizar estes últimos, com o que se relaciona a tentativa de Trajano de controlar o Golfo Pérsico, tendo alguns imperadores, como Antonino Pio, que surge nas fontes chinesas como *An-tun*, enviado embaixadas, com fracos resultados. Mas as relações existiam e reflectem-se de forma relevante nas fontes literárias e arqueológicas⁵⁷. A ideia que os autores chineses tinham da situação geográfica do Império Romano era, aliás, razoavelmente próxima da realidade, uma vez que o situavam junto ao mundo das fadas, a poente, onde vivia a deusa do Ocidente, Xi Wangmu, entre o Mar Débil e as Areias Movediças⁵⁸. Não nos parece difícil ver nestas fantasiosas denominações referências muito realistas ao Atlântico, fronteira norte do império, e aos desertos africanos, que o limitavam a sul.

76

Fizemos já várias alusões aos caminhos que estabeleciam as ligações entre o Ocidente e o Oriente, os quais se mantiveram notavelmente estáveis ao longo de muitos séculos, apesar de todas as vicissitudes históricas que atravessaram, praticamente até aos finais do século XV, quando a viagem de Vasco da Gama tornou a Índia acessível à Europa pela via do Cabo, alterando a Rota das Especiarias e a geoestratégia mundial. No século XIX a construção do caminho de ferro transiberiano facilitará o contacto com o Extremo Oriente e a abertura do canal do Suez devolverá ao Mediterrâneo alguma coisa da sua importância passada, recuperando a antiquíssima rota para a Índia pelo Mar Vermelho, activíssima depois da descoberta das monções, na época de Augusto, que permitia viajar de acordo com um calendário definido. Quais eram, então, antes que a iniciativa portuguesa e a tecnologia da Revolução Industrial alterasse a situação, os caminhos para ganhar o Oriente? Não muito diferentes daqueles que as fontes chinesas indicavam para atingir os limites

⁵⁶ D. D. Leslie / K. J. Gardiner, *The Roman Empire in Chinese Sources* (Roma 1996) 83; Rouché, 8.

⁵⁷ Lin Ying, 328-330; Rouché, 179-195, 305-311.

⁵⁸ Lin Ying, 338.

orientais do Império Romano, com uma ou outra variante, ou dos múltiplos itinerários que Marco Polo descreve na sua famosa obra⁵⁹.

A Estrada da Seda, unindo o litoral levantino mediterrânico, onde a cidade de Antióquia desempenhou um importante papel quase até finais da Idade Média, à China, desenvolvia-se para oriente por milhares de quilómetros, não se limitando a um traçado único. Para além das alterações pontuais que se verificaram durante os muitos séculos da sua existência, havia vários ramais, uns mais importantes que outros, funcionando o conjunto como uma rede hidrográfica. O itinerário principal atravessava as estepes da Ásia Central, o que nos leva a recordar Borodin e os enormes espaços que a Estrada da Seda oferecia a quem a defrontasse, pautada por fortalezas, feitorias e cidades, umas hoje quase desconhecidas ou desaparecidas, outras para sempre preservadas no imaginário cultural da humanidade. Progredindo por Merv e pela antiga *Bactra*, passava a bacia do Tarim para ganhar Tun-Huang, na extremidade da Grande Muralha (*Chang Cheng*), prosseguindo por Lanzhou e Luoyang, no Rio Amarelo. Do Mar Negro partiam outros ramais, o mais importante procurando a região de Merv, por Bucara, desde sempre célebre pelas suas tapeçarias⁶⁰. A Estrada da Seda é presentemente objecto de estudos intensos, cujos resultados começam a surgir, augurando descobertas da maior importância.

A chamada Rota das Especiarias contava com dois trajectos marítimos, um pelo Golfo Pérsico, outro pelo Mar Vermelho, que Afonso de Albuquerque tentou fechar ao comércio e às peregrinações islâmicas. Alexandria e depois o Cairo ocuparam posições dominantes no extremo ocidental desta segunda rota para a Índia, de onde se podia ganhar a China também por mar. Convém aqui lembrar, pois não podemos fazer mais, as aptidões para a navegação reveladas por indianos e chineses. Estes últimos efectuaram uma série de expedições marítimas de grande envergadura à África Oriental, sob o comando do almirante Zeng-He, entre 1413 e 1422, abandonando a iniciativa talvez por razões de política interna⁶¹. Quando os europeus retomaram a navegação nos mares orientais não deixaram de aproveitar muita desta experiência acumulada. O primeiro exemplo é o do piloto árabe que conduz Vasco da Gama de Melinde à Índia, em 1498.

77

⁵⁹ *As viagens de Marco Polo* (Lisboa s/d); Jean Pierre Drege, *Marco Polo e a Rota da Seda* (Lisboa 1989).

⁶⁰ Altheim, 19-22; Gernet, 1, 336-337, 351-354; Robert Arndt (Edit.), *Traveling the Silk Roads*, *Aramco World* 39, 4 (1988).

⁶¹ Antonio Cardoso, 'Navegações dos Chineses', *Memórias da Academia de Marinha* XVI (1996) 16-24; Gernet, 1, 375-378.

Eram longos os caminhos que uniam o Oriente ao Ocidente, e perigosos (Fig.5). Mas não impediram que a necessidade e a curiosidade lançassem sobre eles homens de todos os tempos. Não deixará de ter interesse verificar que a distância entre a Muralha de Adriano, na Britânia, e a fronteira leste do Império Romano é idêntica à que separa esta, no deserto da Síria, do ponto mais ocidental da Grande Muralha da China. Se admitimos as viagens no interior do Império Romano como normais, não podemos considerar senão também como normais as viagens pela Estrada da Seda e pela Rota das Especiarias. A grande diferença residia no facto de, para oriente, faltar a unidade política e em grande parte, a organização que tomava as grandes viagens no mundo romano mais seguras e cómodas. Eram viagens lentas, só justificadas pelo comércio de artigos de luxo ou de absoluta necessidade, mas vivia-se um tempo em que os viajantes se perguntavam não quantas viagens poderiam efectuar num ano, mas sim quantas poderiam completar numa vida. Esta circunstância obriga-nos, mais uma vez, a considerar que a nossa percepção do tempo é muito diferente da que vigorou até ao século XX e que permitiu a Júlio Verne imaginar uma volta ao mundo em oitenta dias, no ano de 1872, como algo extraordinário⁶².

78

Durante séculos o Oriente vai exercer pressão sobre o Ocidente, contribuindo regularmente para as grandes alterações históricas e culturais que se desenvolveram a partir dos tempos finais da Antiguidade Clássica até ao prelúdio da Idade Moderna, quando a Europa, identificada com o conceito de Ocidente, recupera a iniciativa e, graças à superioridade tecnológica e a uma mentalidade activa, como Nehru reconheceu em relação ao domínio da Índia pelos europeus⁶³, empreende uma fantástica aventura oriental. Novamente teremos oportunidade de verificar que alguns dos mais importantes acontecimentos da história, daqueles que moldam povos e culturas de forma decisiva, tiveram origem em regiões periféricas, muitas vezes quase desconhecidas ou mesmo totalmente ignoradas no Ocidente. Também nos demonstra que a ideia de estabilidade e permanência é uma quase utopia, ou seja, que as civilizações só sobrevivem quando evoluem de uma forma dinâmica, como sujeito activo de um processo bivalente. Não vale a pena, porque nada tem que ver com o passado histórico, pedir desculpas pelo que aconteceu aqui e ali, uma vez que tal procedimento é a negação anacrónica da realidade. As civilizações, todas, vivem da vontade e da acção.

⁶² Júlio Verne, *A volta ao mundo em oitenta dias* (Lisboa 2003).

⁶³ Jawaharlal Nehru, *The Discovery of India* (Bombaim 1961) 175-177.

O primeiro desses grandes movimentos, que aqui apenas referimos, é a longa emigração dos Hunos até ao Ocidente. Os antepassados deste povo parente dos Turcos causaram grandes dificuldades nas fronteiras setentrionais dos reinos chineses, que os denominavam de Hiung-nu. Inicialmente pouco perigosos, tomaram-se um dos grandes problemas militares da China em fase de unificação graças ao uso da cavalaria e de armamento de ferro, obrigando os Chineses a modificar as suas tácticas a partir do século IV a. C., cabendo às dinastias Qin e Han infligir-lhes, no século III a. C., pesadas derrotas. Neste mesmo século, Shi Uangdi, o primeiro imperador chinês, construiu a Grande Muralha (Fig.6), aproveitando alguns troços de fortificações menores anteriores, o que teve um resultado decisivo, controlando as incursões dos nómadas que, vencidos, se afastam para ocidente, são exterminados ou sinizados⁶⁴. No século II as fontes chinesas deixam de considerar os Hiung-nu como inimigos perigosos, estabelecendo-se grupos deles a sul da Grande Muralha. A história volta a encontrá-los em 375 nas proximidades das fronteiras romanas, agora com a denominação de Hunos, emigrados dos confins da China em direcção ao Mar de Azov. Deslocando numerosos povos limítrofes do Império Romano⁶⁵, como os Godos, vencedores da batalha de Andrinopla em 378, invadindo eles mesmos o Império do Oriente e depois o do Ocidente, sob a chefia do famoso Átila, o seu contributo para o fim da ordem romana no Ocidente foi decisivo, ainda que, por razões muito discutidas, não tenham atacado Roma⁶⁶. Quando este chefe morreu, após uma noite de núpcias desregrada, o seu cadáver foi exposto numa tenda de seda chinesa⁶⁷.

79

Dois dos grandes impérios que indicámos anteriormente entre os estados universais, embora transformados, o Império Bizantino e o Império Persa, de alguma forma representantes de uma situação anterior à hegemonia romana, embora vistos ambos como orientais a partir da Hispânia ou da Itália da época, vão ser vítimas, no século VII, num breve espaço de tempo, da fulgurante investida árabe, propagadora do Islão. A formação do Califado Árabe, que em 650 incluía toda a área que se estendia da fronteira da Índia à Tunísia e que ameaçava o Império Bizantino,

⁶⁴ Altheim, 22-33; Rouche, 145-153; Gernet, 1, 107-115.

⁶⁵ E. D. Phillips, *Os povos nómadas das estepes* (Lisboa 1970) 110-127; Colin McEvedy, *Atlas de História Medieval* (Lisboa 1973), 16-21 (McEvedy, *História Medieval*).

⁶⁶ Altheim, 55, 80-84.

⁶⁷ Segundo o relato do historiador bizantino Prisco, bom conhecedor dos factos: Altheim, 85-86.

na defensiva, em Chipre e no Taurus, parece-se nalguns aspectos com o advento do Império Aqueménida. Com efeito, não só está ligada à difusão de uma nova religião, ainda que no caso persa não tenha conhecido o papel primordial que teve na expansão árabe, como foi indiscutivelmente facilitada pelo apoio de parte das populações conquistadas, afastadas do poder político que as regia, tanto como pelo esgotamento de Bizantinos e Persas, provocado pelas guerras que os opuseram continuamente⁶⁸. Uma certa identidade étnica também facilitou a conquista, pelo menos nas províncias de maioria semita, o que não deixou de constituir, por outro lado, uma vantagem para os Bizantinos, reduzidos a governar territórios com muito maior unidade populacional e cultural, onde vão conseguir travar eficazmente os ataques árabes⁶⁹, perdidas definitivamente as ilusões de restauração do Império Romano do século anterior.

A expansão árabe-islâmica leva-nos a considerar uma série de circunstâncias que a condicionaram desde o início e que explicam, pelo menos em parte, muitas das situações contemporâneas. Uma dessas circunstâncias é a da rápida perda de unidade, inicialmente obtida a partir do espírito militante do Islão, sobretudo quando as conquistas integram territórios de forte tradição histórica e cultural, sem esquecer as querelas em torno da sucessão de Maomé, que conduziram ao aparecimento de duas correntes antagónicas, Sunitas e Xiitas. A queda da dinastia omíada e a sua substituição pela dinastia abássida, fundadora da mítica Bagdade, em 763, marca o princípio da fragmentação política do califado, de início apenas visível na Península Ibérica, mas que rapidamente progrediu, perdendo-se para sempre a unidade política do mundo islâmico. Os governantes abássidas assumiram na prática a continuidade do Império Persa. A importância histórica e cultural desta região do Próximo Oriente influenciou muito fortemente o Califado Abássida, recriando velhas oposições. Não esqueçamos que a expansão islâmica, coincidente ou não com o domínio político, é um fenómeno que tanto se faz sentir no Ocidente como no Oriente⁷⁰, compreendendo-se facilmente que a existência de forças centrífugas e as próprias características do poder califal, que deixava grande liberdade de iniciativa aos chefes regionais, tenham impe-

80

⁶⁸ Karl Roth, *Historia del Imperio Bizantino* (Barcelona 1953) 28-45. É muito interessante a posição recente de A. Cameron, que considera a facilidade evidente das conquistas árabes uma consequência das grandes transformações culturais no Mediterrâneo Oriental, inclusive uma certa *arabização* de vastas áreas na Antiguidade Tardia: Averil Cameron, *The Mediterranean World in Late Antiquity: AD 395-600* (Londres 1993).

⁶⁹ Roth, 45; Miquel, 70-74.

⁷⁰ McEvedy, *História Medieval*, 38-39, 44-49; Miquel, 97-99, 103-123.

dido a unidade do um mundo novo do ponto vista religioso, mas muito velho noutros aspectos.

Embora inspirando-se largamente em elementos das civilizações bizantina e persa, foi a elaboração de uma nova religião monoteísta, revelada, que conferiu à Civilização Árabe a força capaz de minar a estrutura cultural e social do mundo que então vivia integrado numa estrutura ideológica em que o Cristianismo tinha uma preponderância quase absoluta, uma vez que a situação do Judaísmo oscilava, consoante as épocas e os locais, entre a perseguição ou a tolerância, o que não deixou de ser explorado convenientemente pelos mecanismos da expansão muçulmana⁷¹. É muito mais difícil a coexistência pacífica de religiões monoteístas, sobretudo se elas acabam por corresponder a áreas com identidade cultural fortemente marcada pela história, como sucede com o Mediterrâneo. A introdução do Islamismo na região que fora o centro do mundo ocidental, greco-romano ou cristão, correspondeu a uma alteração essencial na geopolítica, criando uma fronteira perene entre povos que puderam, na Antiguidade, viver juntos sob a hegemonia construtiva da Roma imperial. Não é possível pretender ignorar esta realidade, que moldou toda a história do Mediterrâneo até aos nossos dias⁷². O mundo ocidental reduziu-se, assim, a sul e a leste, facto que foi compensado pelos progressos verificados a norte, processo que não é, de forma alguma, alheio ao nascimento da Europa⁷³.

Pelos inícios do século IX a força expansiva do califado estava esgotada no Mediterrâneo, cabendo as iniciativas mais agressivas aos emirados que se iam autonomizando, nomeadamente no Magrebe. Não deixa de ser interessante verificar que os limites ocidentais da expansão islâmica não se afastam significativamente daqueles que marcaram o intento de restauração do Império Romano à escala mediterrânica, conduzido por Justiniano⁷⁴. Com efeito, nem bizantinos nem muçulmanos conseguem estabelecer-se, de forma definitiva, na Península Ibérica ou na Itália, e os últimos, apesar de tentativas no Sul de França, não lograram qualquer êxito significativo, além do desenvolvimento de um surto de destruidora pirataria. Esta incapacidade para ultrapassar determinados

⁷¹ A. H. Jones, *The Later Roman Empire*, III (Oxford 1964) 944-950; Miquel, 45-76; Peter Brown, *Ofim do mundo clássico* (Lisboa 1972) 201-216.

⁷² Robert Lopez, *O nascimento da Europa* (Lisboa 1965) 55-80; Braudel, 157-160.

⁷³ Klaus Randsborg, *The First Millenium AD in Europe and the Mediterranean* (Cambridge 1991) 1-21, 120-126, 165-185; Claude Delmas, *História breve da civilização europeia* (Lisboa 1968) 11-25; Jones, 1064-1068.

⁷⁴ McEvedy, *História Medieval*, 30-31, 38-39.

limites, que voltaremos a encontrar bem definidos por altura das grandes incursões do Império Otomano, em Malta e em Viena de Austria, não resulta do acaso, pois na verdade reflecte as enormes diferenças existentes entre a Europa Ocidental e o Oriente, diferenças que não se limitam a questões culturais e que têm muito que ver com estilos de vida próprios. O caso português, país atlântico fortemente influenciado por culturas de tradição mediterrânica, mostra muito bem a importância da geografia física na história.

O desaparecimento do califado único deixou a nostalgia de um grande império árabe e permanece presente em muitos conflitos posteriores e, não menos, num certo imaginário desenvolvido em torno da ideia da unidade árabe-islâmica. Este ideal nunca foi atingindo, como é evidente, mas não deixa de ter ecos de quando em quando, mesmo em situações inesperadas, como a tentativa gorada de criação de um grande reino árabe, por altura da I Guerra Mundial, na qual tanto se empenhou T.E. Lawrence⁷⁵. Caberia a outro povo, os Turcos, renovar a força expansiva e agressiva do Islão no Ocidente, em cuja história ocuparão lugar de relevo, originando algumas situações complexas e de difícil solução fora de uma estrutura de tipo imperial ou autoritária, como as recentes tragédias nos Balcãs dramaticamente mostraram. Quem se lembra ainda dos Jogos Olímpicos de Inverno em Serajevo? O enfraquecimento e dissolução do poder político árabe, que conduziu um pouco por todo o lado a situações de grande violência e extrema anarquia, foi aproveitado com maior ou menor êxito dentro e fora das fronteiras do mundo islâmico (Fig.7). O movimento das Cruzadas, que representa a primeira grande resposta do Ocidente ao Oriente, depois da resistência vitoriosa do Império Bizantino, enquadra-se, independentemente das razões profundas que o motivaram, sejam elas ideológicas, sociais ou económicas⁷⁶, num cenário de mudança irreversível, no qual o mundo árabe, vítima de invasões devastadoras, vindas do oriente, como a dos Mongóis⁷⁷, passará a contar com novos senhores.

Como dissemos, coube aos Turcos, oriundos da Ásia Central e que, no século VI estão instalados a norte do Império Persa, até ao Mar Cáspio, fundar um dos mais poderosos impérios centrados no Mediterrâneo, subjungando grande parte dos estados islâmicos e terminando a tarefa

⁷⁵ T. E. Lawrence, *Os sete pilares da sabedoria* (Lisboa 1989); René Kalisky, *Le monde arabe*, 2 (Verviers 1968) 57-85.

⁷⁶ Kalisky, 1, 193-226; Miquel, 204-207.

⁷⁷ Kalisky, 1, 227-251; McEvedy, *História Medieval*, 74-77; Miquel, 217-235.

que o califado não conseguiu realizar, a destruição definitiva do Império Bizantino, em colapso depois da esmagadora derrota de Mazinkert, em 1071, frente aos Seldjúcidas, os mesmos com que os cruzados se defrontaram na Palestina, numa aventura que contribuiu, indiscutivelmente, para a catástrofe final dos Bizantinos, reduzidos em 1453 a pouco mais que os arredores de Constantinopla e parte do Peloponeso. A sua sobrevivência e os contra-ataques que de quando em quando conseguiu desferir numa multidão de inimigos diversos permitiu que a Europa se reorganizasse depois do caos que se seguiu às grandes invasões. Quando Bizâncio desaparece da cena política abre-se um novo capítulo da história, caracterizado pelo choque entre europeus ocidentais e otomanos. Mas os primeiros, por esta época, já tinham iniciado um longo e difícil processo de anular a ameaça oriental, procurando atacá-la pela retaguarda, contornando a África. Em 1487 os Portugueses estão no Índico, preludiando o fim da supremacia da região mediterrânica na história. Em breve as frotas do Ocidente navegam pelo Mar Vermelho e pelo Golfo Pérsico, procurando e por vezes encontrando apoio contra os Otomanos entre os povos da região, nem sempre passivos face ao novo poder imperial⁷⁸. Começou a grande resposta ocidental, cujos resultados, sem necessidade de comentários, se podem apreciar em qualquer *mapa-mundi* dos finais do século XIX.

Mas falemos ainda do Império Otomano, cujas fronteiras na época de maior extensão, no século XVII, se aproximavam de forma flagrante dos limites do Império Bizantino de Justiniano, com excepção da Itália e da Península Ibérica, onde aliás o domínio bizantino foi reduzido e precário, englobando, por outro lado, a Mesopotâmia e parte da Arábia. O Império Otomano desenvolve-se, desde o início, como sucessor do estado bizantino, praticando uma política de expansão activa, imperialista, se quisermos usar uma designação hoje algo marcada. Não vale a pena duvidar das intenções otomanas, evidentes na filosofia política reflectida numa carta dirigida por Georgios de Trebizonda ao conquistador de Constantinopla, Mehmet II, reconhecendo-lhe a condição de imperador e sublinhando que a qualidade de imperador dos Romanos (*Rumi*) lhe conferia a condição de imperador universal⁷⁹. Estamos no campo da teoria e da retórica, talvez mesmo de um acomodar lisonjeiro por parte de um

⁷⁸ C. R. Boxer, *O império colonial português* (Lisboa 1977) 61-85; Abdul Wahab al-Qaysi, 'The Ottoman Reaction to the Portuguese Invasion of the Arab waters', *The Arab Gulf* 12, 1 (1980) 45-53; A. Dias Farinha, *Os portugueses no Golfo Pérsico (1507-1538). Contribuição documental e crítica para a sua história*, *Mare Liberum* 3, 1-159.

⁷⁹ Miquel, 248-270; Kitsikis, 18.

vencido em relação ao vencedor, possivelmente ressentido com a história das relações complicadas de Constantinopla com o Ocidente, mas os sulhões procuraram concretizar durante séculos o programa político sugerido pelo filósofo grego⁸⁰. Contidos em terra e derrotados no mar, no Mediterrâneo e em mares mais longínquos, os Otomanos conhecem um longo período de decadência, falhada a ilusão da integração dos vários povos e confissões do império. Sem querermos entrar em aspectos que continuam presentes no nosso quotidiano, não podemos deixar de reconhecer que o Império Otomano, por muitos elementos europeus que tivesse absorvido, culturais e étnicos, era, no essencial, um estado de fundamento teocrático e militar, de inspiração oriental, a que acabou por se atribuir, no Ocidente, a denominação pouco elegante, mas realista, de *doente da Europa*. Muitos turcos pensavam da mesma forma e, na sequência das derrotas da I Guerra Mundial, que pulverizaram o que ainda restava do império depois de um longo período de retração, entre 1699 e 1913, a implantação da república e as reformas ocidentais, embora nem sempre pacíficas, de Kemal Atatürk, procuraram remediar um mal demasiadamente avançado⁸¹. A maioria dos actos que pautaram a retirada otomana da Europa sucedeu há menos de um século, o que obriga a alargar a perspectiva da análise histórica dos acontecimentos à dimensão humana dos mesmos, não de uma forma longínqua e desprendida, mas por vezes emotiva, em relação a qualquer dos lados.

A expansão marítima europeia, em particular a descoberta da Rota do Cabo e o início da exploração da América, iniciou um novo ciclo de relações entre o Ocidente e o Oriente. Inicialmente limitado à penetração nas zonas costeiras da área a que se dá o nome de zona intermédia entre o Ocidente e o Oriente, aí encontrando com frequência os inimigos tradicionais da Europa cristã, rapidamente ganhou o Extremo Oriente, onde as dificuldades se faziam sentir de forma diferente. Aquilo que a Antiguidade e a Idade Média tinham percebido confusamente, a enorme dimensão da Ásia e das multidões que a habitavam, teve imediata influência nas relações entre as duas regiões. Estas novas relações tiveram enorme impacto na economia e na cultura do Ocidente, que, mais uma vez, recebeu bastante mais do que cedeu. Perante os povos asiáticos só a superioridade tecnológica dos ocidentais e a sua organização lhes permitiu assegurar a supremacia, e nem sempre. Se os Britânicos puderam conquistar a Índia, recorrendo largamente às divisões nela existentes e aos

⁸⁰ Kitsikis, 22-52.

⁸¹ Miquel, 358-372; Kitsikis, 101-122.

meios mais eficientes que os exércitos da época podiam encontrar, o que não excluiu dolorosas experiências e criou a grande saga imperial que inspirou Kipling a escrever *The white man 's burden*⁸², a China revelou-se impossível de dominar territorialmente e, no caso do Japão, os Portugueses foram obrigados a abandoná-lo logo que se tomaram incómodos.

Os êxitos ocidentais também foram facilitados pela profunda decadência do Islão árabe e pelo adormecimento tradicionalista do gigante chinês, sobretudo no século XIX⁸³. Os grandes impérios ocidentais, mais ou menos estabelecidos no *Rimland* asiático foram acompanhados pelo crescimento de um Império Russo, de características continentais, embora se estendesse até ao Extremo Oriente⁸⁴, através da Sibéria, e ao Alaska, vendido aos Estados Unidos da América nos finais do século XIX, quando este país começa a emergir como grande potência mundial, com interesses bem definidos no Pacífico. O choque destes interesses ocidentais com o Japão, obrigado a abrir os seus portos ao comércio estrangeiro, depois da intervenção da frota americana em 1853, vai levar ao fim do período feudal, iniciando-se a Época Meiji. O Japão, industrializado e armado com uma frota treinada por oficiais britânicos e com um exército organizado à prussiana, foge ao destino colonial e, pelo contrário, transforma-se numa força imperial à escala dos seus rivais do Ocidente, um Ocidente agora muito maior. Facilmente vencedores de uma frota chinesa ainda equipada com navios de madeira, em 1894, será a esmagadora vitória sobre a esquadra russa na batalha de Tsushima (Fig.8), em 1905⁸⁵, que obriga os ocidentais, bem contra vontade, a reconhecer o Japão como parceiro na reorganização do Extremo Oriente.

Nos finais do século XIX, o Oriente, ou aquilo que se considerava *oriental* encontrava-se, com muitas raras excepções, sob domínio de potências ocidentais, como era o caso da Pérsia, do Afeganistão, da Tailândia, então denominada Sião, da China e do Japão. Todavia com excepção deste último país, em todos os restantes se moviam os representantes dos interesses ocidentais. Portugal perdera qualquer protagonismo no Oriente, reduzido à posse de algumas relíquias históricas, mais ou menos esquecidas por uma Metrópole em crise permanente. Neste

⁸² Peter Dückers, *The British-Indian Army. 1860-1914* (Princes Risborough 2003); Gollwitzer, 54-58, 150-151.

⁸³ Kalisky, 2,40-56; Miquel, 331-357; Gernet, 2, 73-85, 107-126.

⁸⁴ Roger Portal, *Os Eslavos. Povos e nações* (Lisboa 1967) 120-124,209, 273-282.

⁸⁵ Oto Zierer, *História do Japão* (Lisboa 1981) 81-104; N. L. Klado, *La bataille de Tsushima* (Paris 1905); George Bruce, *Sea Battles of the 20th Century* (Londres 1976) 6-21.

novo complexo de relações entre o Oriente e o Ocidente a França, controlando o Magrebe a partir da conquista da Argélia, iniciada em 1830, detinha um posição particularmente importante (Fig.9), que ampliará após a I Guerra Mundial, nos territorios árabe-islâmicos, acompanhada de perto pelo Reino Unido, cuja *jóia da coroa* era, todavia, o Império das Índias⁸⁶. Esta circunstância teve forte influência no desenvolvimento de um acentuado gosto pelo exotismo oriental, não tanto pelas *chinoiseries*, apesar de também existirem, mas sobretudo pelos temas do mundo árabe ou arabizado e indiano. As grandes viagens de exploração e a divulgação através de todo o tipo de publicações, a que a fotografia passou rapidamente a dar um apoio insubstituível (Fig. 10), popularizaram a temática orientalizante, contribuindo para criar imagens marcadas por um exotismo nem sempre preocupado com a realidade, conferindo um sentimento de superioridade aos ocidentais, sentimento que, em simples termos civilizacionais, correspondia, na maior parte dos casos, a uma situação real⁸⁷.

Este exotismo reflecte-se na literatura, na arquitectura e nas artes em geral, não faltando figuras gradas da cultura europeia que se dedicam a esta temática, fazendo-se mesmo retratar com indumentárias próprias das regiões colonizadas, em particular, por razões evidentes, árabes e indianas. Este assunto merecia, só por si, uma análise de grande envergadura, pela sua riqueza e, inclusivamente, pelo que contém de informativo a propósito da recepção das culturas orientais na sociedade ocidental. Em Portugal, por razões que se prendem com a nossa ausência das áreas mais inspiradoras deste exotismo muito ligado ao desenvolvimento dos impérios francês e britânico, os ecos não foram particularmente significativos. Ainda assim, recordamos a arquitectura *árabe* do salão nobre do Palácio da Bolsa, no Porto, e a célebre novela de Eça de Queirós, *O Mandarim*, apenas como exemplos. É evidente que o Oriente também recebeu influências culturais significativas, mas de uma maneira geral muito mais limitadas, pelo menos até fase muito avançada do século XX. O peso da tradição em muitas das sociedades orientais, a existência de estruturas económicas contrárias à difusão significativa dos modos de

86

⁸⁶ Peyrouton, 137-157; Charles Morazé, *Os burgueses à conquista do mundo* (Lisboa 1966) 210-224. A França estabelece protectorados sobre a Tunísia, em 1884, e sobre Marrocos, em 1912, enquanto a Inglaterra assume o controlo do Egipto em 1882. Na sequência dos acordos Sykes-Picot, no cenário de desmembramento do Império Otomano, coube à primeira a Síria e o Líbano e aos ingleses a Palestina, a Jordânia, o Iraque e o Kuwait; Kalisky, 2,46.

⁸⁷ Um dos grandes contributos do desenvolvimento dos impérios coloniais foi, indiscutivelmente, o progresso no conhecimento do mundo, para além de muitos outros aspectos positivos que devem ser reconhecidos: Gollwitzer, 202-203.

vida ocidentais e razões de ordem política dificultaram ou impediram, simplesmente, que tal acontecesse. Não esqueçamos, todavia, o início da criação de comunidades de emigrantes, facilitadas pela integração administrativa dos seus territórios de origem nas metrópoles colonizadoras, e o desenvolvimento de ideais políticos de inspiração ocidental.

A imagem das relações entre o Oriente e o Ocidente, vista do lado ocidental, resulta muitas vezes desequilibrada ou comprometida com as ideologias contemporâneas. Recordamos ainda velhos filmes que tivemos oportunidade de ver, há mais de meio século, como *Gunga-Din*, *Lanceiros da Índia*, *A Carga da Brigada Ligeira* ou a primeira versão, que nos impressionou particularmente, de *As Quatro Penas Brancas*. Estas películas pertencem a uma época em que se começam a desenhar graves problemas de manutenção dos impérios, transmitindo, naturalmente, uma visão comprometida com o ideal imperial, entendido aqui na sua forma mais nobre da defesa da Civilização Ocidental e dos seus direitos face à barbárie. Eram obras que distinguiam, sem perguntas incómodas, entre *nós* e os *outros*. Já assim não acontece, por exemplo, com a escrita exemplar de Rudyard Kipling, que exalta o império pelo império, como única forma de afirmação e de futuro para o Ocidente⁸⁸. Como é evidente, a obra deste grande escritor encontra facilmente contraponto em autores como Marguerite Duras ou Joseph Conrad, circunstância que ilustra, afinal, uma das grandes características da Civilização Ocidental, nascida há milénios na Grécia: a capacidade de autocrítica. Para os Gregos, a liberdade de questionar e de criticar era uma das razões que permitiam distinguir o homem civilizado do bárbaro.

Há cinquenta anos, a batalha de Dien-Bien-Phu, que obrigou a França a abandonar a Indochina⁸⁹, constituiu um marco simbólico da retirada do Ocidente das suas colónias orientais (Fig.1 1). No mesmo ano de 1954, o início da Guerra da Argélia preludiou o fim do falhado regresso ocidental ao Magrebe, que poderia ter sido diferente, na sequência do despertar revolucionário do mundo árabe-islâmico, cuja figura dominante era, por essa época, o carismático coronel Nasser⁹⁰. Depois da II Guerra Mundial a parte do Ocidente que corresponde à Europa foi, realmente, transformada numa *pequena península da Ásia*. Com o desaparecimento das ilusões não nasceu, porém, uma preocupação em conhecer o que há de positivo e de absolutamente insubstituível nas relações entre as duas

⁸⁸ Gollwitzer, 149-151.

⁸⁹ Jules Roy, *A batalha de Dien Bien Phu* (Lisboa, s/d).

⁹⁰ Kalisky, 2,170-200.

regiões, menos ainda de tentar potencializar aquilo que pode evitar os conflitos herdados do passado ou nascidos de necessidades prementes da actualidade. Pelo contrário, à medida que o processo da globalização avançou, o divórcio aumentou, fracamente compensado por alguma curiosidade quase na linha do exotismo já conhecido anteriormente, situação ainda agravada pelos desentendimentos entre os vários componentes do mundo ocidental e declarada instabilidade em vastas regiões do Oriente. O cenário internacional mudou radicalmente, pelo que a nostalgia dos impérios não resolverá, no Oriente ou no Ocidente, os graves problemas em aberto, que serão com frequência, resolvidos de acordo com o princípio de Clausewitz⁹¹.

88

Não vamos desenvolver qualquer referência a tais problemas, sociais, políticos, económicos, ecológicos ou, muito simplesmente, humanos. Mas o Ocidente não pode criar novas ilusões para substituir as que perdeu no decurso do século XX. Os canhões e os navios que lhe deram superioridade no passado podem estar agora de outro lado, sejam eles o que forem. Como há cinquenta anos, quando Franz Altheim chamou a atenção para a displicência com que o Ocidente se permitia ignorar a emergência de uma Ásia livre⁹², agora sucede o mesmo fenómeno perante a afirmação asiática (Fig. 12), que não se limitará às fronteiras europeias do Ocidente, nem à bacia do Pacífico⁹³. Não é possível, num mundo globalizado, quer se queira, quer não, continuar a ignorar o Oriente, ou a concentrar a atenção, apenas, em conflitos ou situações específicas de uma determinada região. O conhecimento do enorme espaço oriental e das reais aspirações dos seus povos é uma questão de sobrevivência do que continuamos a chamar Civilização Ocidental, aquela que levou os Jogos Olímpicos a Seul e a Pequim e que se abastece de tudo um pouco vindo do Oriente. A atenção dos países ocidentais não pode, portanto, limitar-se à chamada zona intermédia. Hoje, isso já não é suficiente. No mundo da globalização bastou o aumento da compra de petróleo pela China para causar enormes perturbações na economia dos países industrializados, e o choque sobre certos países incapazes de pro-

⁹¹ Karl von Clausewitz, *Da guerra* (Lisboa s/d) 46-47.

⁹² Altheim, 7-10.

⁹³ Apesar do desaire vietnamita, os EUA continuam a representar a superpotência dominante na bacia do Pacífico, área que constituirá o centro de interesse primordial da grande estratégia americana do século XXI, deixando gradualmente a responsabilidade da segurança europeia aos seus aliados regionais, isto sem abandonar, naturalmente, o princípio expresso no lema da base aérea de Langley, perto de Washington: *Global reach, global power for America*.

duzir os seus alimentos, em particular em África, será catastrófico quando, dentro de pouco tempo, a mesma China necessitar de comprar arroz no exterior. A tese do *Lebensraum* não está caduca e conta, hoje, com novas formas de aplicação.

Em Portugal, o interesse pelo Oriente tem sido particularmente passadista. É uma atitude que não pode continuar, cabendo às Universidades abrir caminho para o estudo coerente do passado, sim, mas também do presente que, neste momento, prepara o futuro do Oriente e do Ocidente. Quantas pessoas sabem, em Portugal, que a esfera armilar, orgulhoso emblema imperial do rei D. Manuel, presente na bandeira como símbolo da nossa vocação universal e do nosso contributo para criar um mundo maior, ligando o Ocidente ao Oriente, foi inventada na China⁹⁴, como instrumento do estudo dos astros, característico da cultura chinesa? Este artigo apenas pretende transmitir o resultado de algumas reflexões, leituras e experiências pessoais. Sem negar a necessidade da especialização, entendemos que é muito estimulante alargar o âmbito das análises a períodos históricos mais latos, no sentido de tentar interpretar aquilo a que, por vezes, se chama o sentido da história. Foi isso que tentámos fazer, recorrendo a uma bibliografia não demasiadamente especializada, a qual é, normalmente, pouco acessível ao leitor interessado. Como é natural, as referências ao Próximo Oriente são um pouco mais desenvolvidas, reflectindo o nosso interesse por uma região que desempenhou, e continua a desempenhar, por razões políticas e económicas evidentes, um importantíssimo papel neste complicado diálogo.

⁹⁴ Rouche, 177.

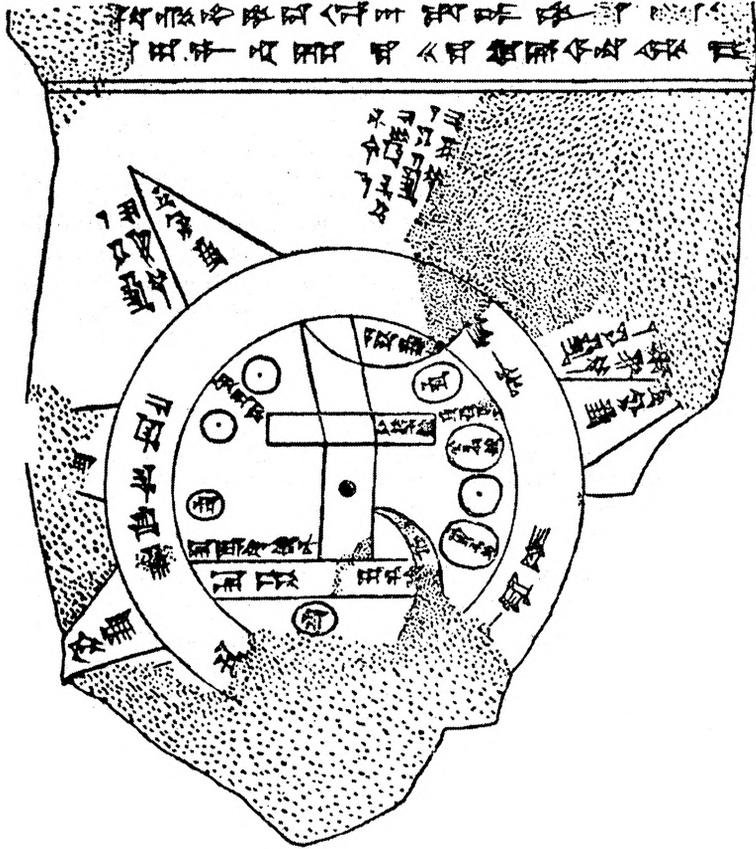


Fig. 1 - Representação do mundo numa placa babilónica do século VI a.C.
(Museu Britânico).

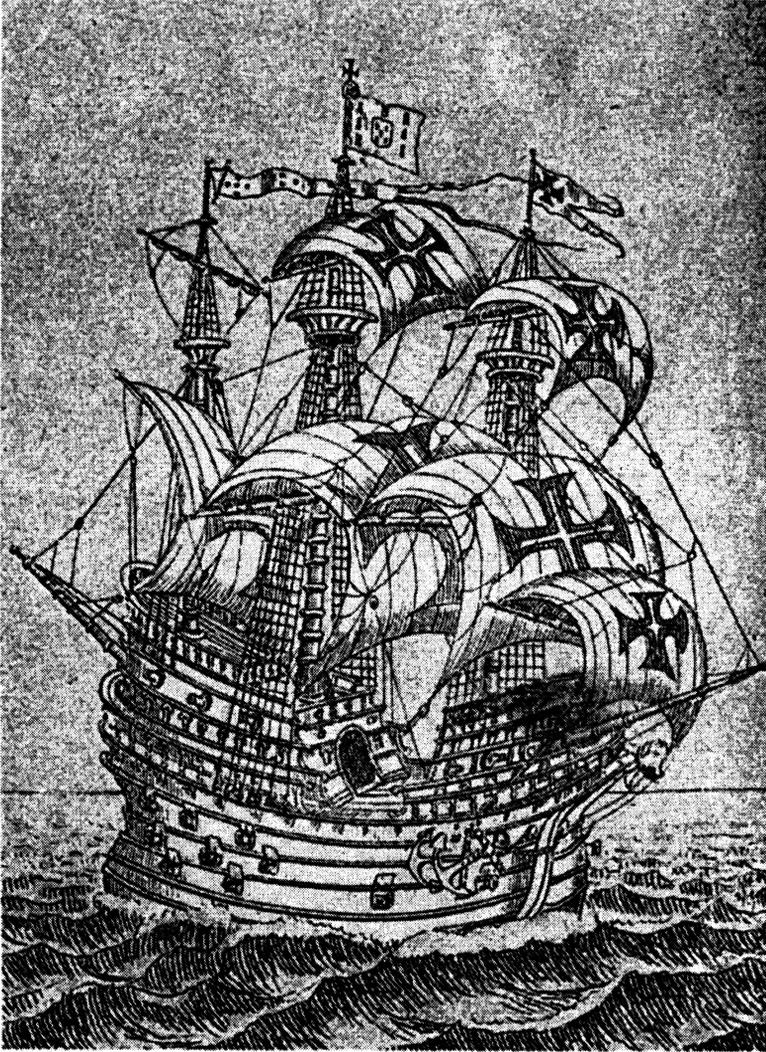


Fig. 2 - A nau *Flor de la Mar*, capitânia de Afonso de Albuquerque na conquista de Malaca
(*Roteiro de Malaca*).

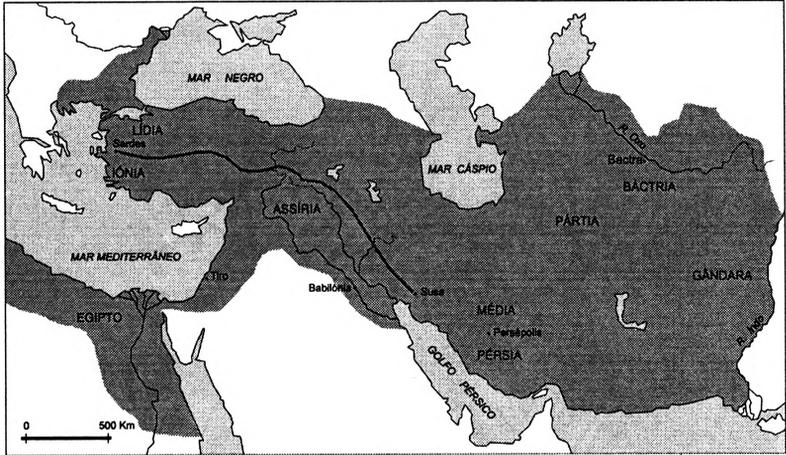


Fig. 3-0 Império Aqueménida no auge da expansão territorial, atingida no início do século V a.C.

92

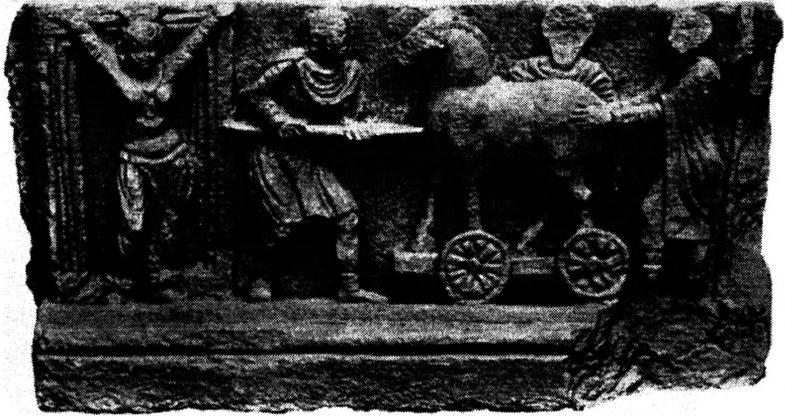


Fig. 4 - Relevô de Charsada (Peshawar) com urna cena inspirada no episódio do *Cavalo de Tróia* (Foto M. Wheeler).

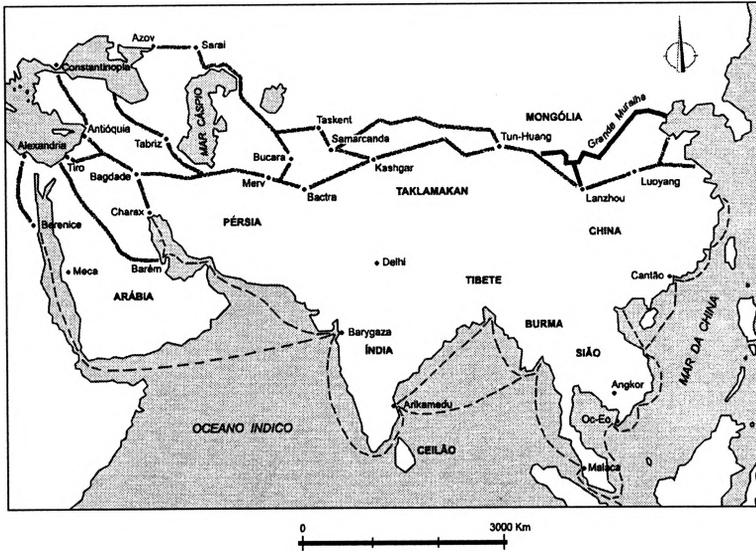


Fig. 5 - A Estrada da Seda e a Rota das Especiarias. Principais itinerários na Antiguidade Clássica e Idade Média.

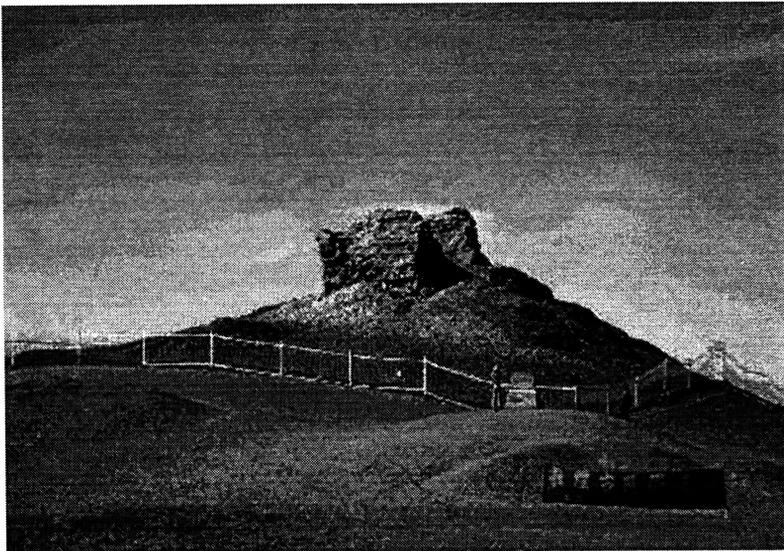
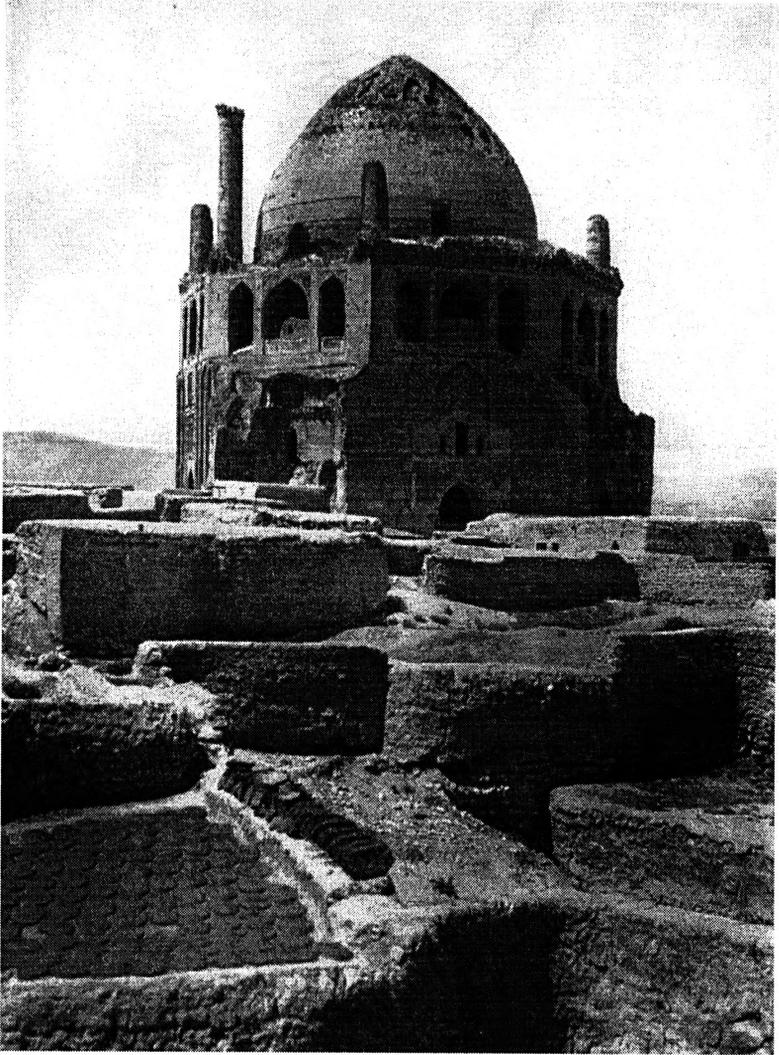


Fig. 6 - Torre de sinalização da Grande Muralha primitiva no Passo de Yangguan (Gansu).



**Fig. 7 - Grandeza e decadência do Islão:
a mesquita de Soltanieh (Irão) no início do século XX
(Foto M. Hurlimann).**

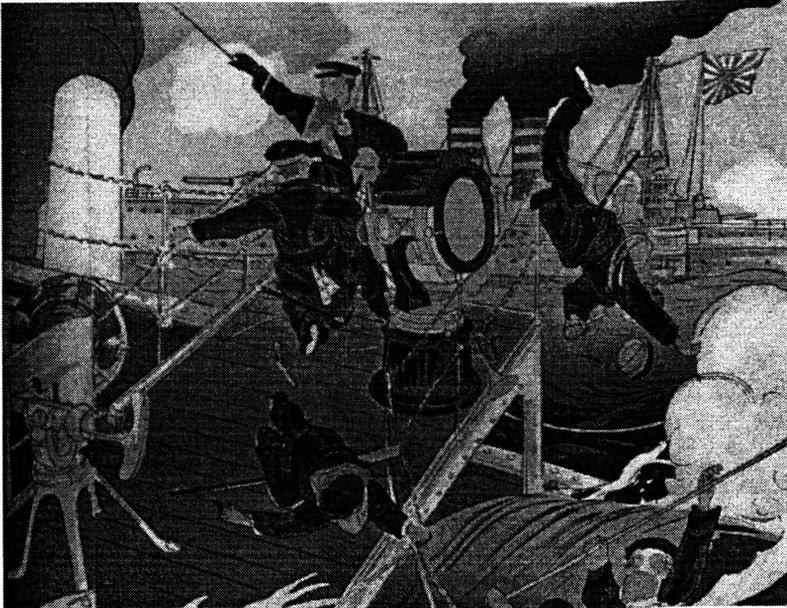


Fig. 8 - Gravura popular japonesa alusiva à batalha de Tsushima. O couraçado representado em último plano é o *Mikasa*, navio do almirante Togo.

95



Fig. 9 - Gravura popular francesa, bastante fantasista, representando a tomada de Argel em Julho de 1830.



Fig. 10 - Pantomima representando o rapto de Sita, esposa de Rama, pelo demonio Ravana.
Malabar, cerca de 1930 (Foto H.W. Bernatzik).



Fig. 11 - Pára-quadistas franceses ocupam Dien-Bien-Phu no início da *Operação Castor*, em Novembro de 1953. (Foto D. Camus)



Fig. 12 - Hong Kong. Um leão tradicional vela pela nova China no dealbar do século XXI.